



# BREVE RELATÓRIO DE ATIVIDADES

MAIO DE 2018 A MARÇO DE 2022



## **DIRETOR**

Evenin Eustáquio de Ávila

## **ENDEREÇO**

Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G  
Edifício Rossi Esplanada Business, Asa Norte  
Brasília/DF - CEP: 70.711-000

## **TELEFONES**

(61) 2196-4409/4410

## **WHATSAPP FUNCIONAL**

(61) 99359-0022

## **E-MAIL**

escoladpdf@gmail.com

## **SITE**

escola.defensoria.df.gov.br

## **SISTEMA INTEGRADO DE TRABALHO**

sit.defensoria.df.gov.br

## **YOUTUBE**

youtube.com/EscolaDeAssistenciaJuridica

## **REDES SOCIAIS**

@easjurdf



# OS QUATRO ANOS DE GESTÃO

Agradecemos aos(às) defensores(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) da Instituição, à população do Distrito Federal e às instituições, entidades e empresas parceiras pela participação, pelo interesse, pela colaboração e, principalmente, por dar sentido prático ao trabalho desempenhado pela Escola.

## Esses quatro anos de gestão representam:

- A **Escola** como um espaço de convergência de afinidades que unem **atores públicos e privados** com o intuito de promover ações concretas para a transformação social.
- A **consolidação de tecnologias institucionais** que servirão de base para o projeto de automação das atividades processuais na DPDF.
- A **concretização de ações afirmativas e de política de incentivo acadêmico** representada pela oferta de **260 (duzentos e sessenta)** bolsas para qualificação acadêmica, aperfeiçoamento profissional e curso de ensino superior obtidas a custo zero.
- O fomento ao **desenvolvimento acadêmico e à aplicação de novos estudos na vivência institucional** com a disponibilidade de vagas em Mestrado e Doutorado por convênio ativo da **Defensoria Pública do DF com instituição de ensino superior do DF.**
- A inauguração de canal direto de encaminhamento de casos com os **conselheiros tutelares do Distrito Federal** para o setor de mediação da Defensoria, voltado para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.



- A implantação e expansão de um novo **conceito de atendimento, relacionamento e resolução extrajudicial de controvérsias** com a população em situação de vulnerabilidade do DF: **a Política de Atendimento Integrado, instituída oficialmente pela Lei Complementar 980/2020.**

- A aquisição de **Unidade de Atendimento Móvel (Carreta)** da DPDF, maior equipamento do país de atendimento jurídico à criança, ao adolescente e às famílias, que já atendeu diversas regiões do DF juntamente com parceiros, tendo realizado cerca de **2.000 (dois mil) atendimentos de natureza jurídica**, psicossocial, social e de encaminhamentos para qualificação técnica gratuita.

- A expansão do **Projeto Absoluta Prioridade**, integrado à Política de Atendimento Integrado, para promover atendimento permanente nas cidades do DF destinado à erradicação da ausência de reconhecimento paterno, por meio da realização de exames de DNA e do peticionamento exclusivo, entre outros serviços.

- A instalação do **primeiro e exclusivo Estúdio Audiovisual da DPDF** e do Laboratório de Inclusão Digital da Easjur, através de parceria institucional promovida pela Easjur.

- A celebração de centenas de conexões com lideranças e dezenas de cooperações com instituições, que resultaram em forças de trabalho multidisciplinares para atuar na Defensoria em prol da população do DF.

- Cerca de **10.000 (dez mil) horas** em mediação e conciliação na Defensoria, em estágio no Núcleo de Iniciais, em projetos e pesquisas acadêmicas, em colaboração para educação em direitos, por estudantes e professores de faculdades de direito do DF, a partir do Programa de Interação Acadêmica.



- Mais de **2.500 (duas mil e quinhentas)** horas de contrapartida social e de colaboração extrajudicial no âmbito da DPDF.
- As **maiores concorrências na história da Defensoria Pública nos processos seletivos de estagiários e residentes jurídicos nos últimos 4 anos**, cuja ampla divulgação oficial nos ambientes digitais dos alunos das faculdades de direito do DF se deu em razão do relacionamento direto da direção da Easjur com as instituições.
- A informatização das atividades promovidas pela Easjur com mais de **6.000 (seis mil)** certificados emitidos no próprio site.
- A organização de uma **política de comunicação interna e externa**, com a utilização rotineira do e-mail, do boletim de serviço e do *WhatsApp*, com mais de **665 (seiscentos e sessenta e cinco)** comunicados feitos apenas via e-mail.
- A reativação/consolidação das redes sociais tendo mais de **11.000 (onze mil) seguidores**, mais de **3.000 (três mil) publicações** e mais de **18.000 (dezoito mil) visualizações apenas no YouTube**.
- A **criação de uma interface política pela direção da Easjur de forma direta, otimizando o fluxo de relacionamento** para a concretização de projetos integradores, para a aquisição de recursos, para a publicidade de seleções, entre outros.
- O **desenvolvimento de plataforma digital** de trabalho com o DNA da Defensoria Pública, fruto de alimentação coletiva de documentos jurídicos pelos integrantes da DPDF, com mais de **9.100 (nove mil e cem) arquivos para a atuação defensorial (SIT)**.
- Criação de espaço digital de informação, capacitação e qualificação por meio de **conteúdo audiovisual integrado ao SIT**, que contempla assuntos relacionados à vivência institucional (**Easjur Digital**).
- A utilização das **ferramentas tecnológicas ao alcance da Easjur para oferecer conteúdo de qualificação gravado ou transmitido em tempo real** que pode ser acessado a qualquer hora e em qualquer lugar, tendo mais de **100 (cem) vídeos nos ambientes digitais da Easjur** até o momento.



- O alcance de um público estimado em **40.000 (quarenta mil)** pessoas por cerca de **200 (duzentas) atividades** – considerando apenas as educacionais – relatadas nesse período.

- O lançamento e consolidação do **Boletim Easjuris**, uma publicação periódica exclusiva de jurisprudência e atualização legislativa relacionadas à Defensoria, com **7 (sete) edições** publicadas até o momento.

- A produção permanente de **conteúdo exclusivo da DPDF** com a elaboração e divulgação de dezenas de cartilhas educativas e do livro de educação em direitos.

- A **publicação de diversos editais** para instrutor, conteudista e palestrante, bem como para integrantes das **Comissões Temáticas da CCT**.

- O alcance de Diagnóstico de Inteligência Processual a partir de cooperação com Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal – CIJDF, com **1.317 (mil trezentos e dezessete)** temas abordados, sendo **217 (duzentos e sete)** temas identificados relacionados à atuação defensorial, que serviram de base para a política de qualificação.

- A reativação da **Câmara de Coordenação Técnica (CCT)** com a produção de recomendações e propostas pelas Comissões Temáticas.

- O desenvolvimento de **dezenas de novos projetos**, programas e campanhas.

- A **consolidação de atividades permanentes junto à comunidade** (Eixo Comunidade).

A nossa intenção ao apresentar este breve **Relatório de Atividades** é **AGRADECER** pela **participação, solidariedade, aprimoramento, novas conexões e a descoberta da capacidade** que temos de transformarmos **JUNTOS**. Cientes de que há muito a melhorar, seguir avançando e inovando no dever de educar e transformar é pressuposto da atuação da Easjur.



# NOSSOS NÚMEROS



# NOSSOS NÚMEROS



+ DE **6.000**  
CERTIFICADOS



+ DE **40.000** PÚBLICO  
ALCANÇADO



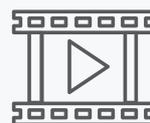
CERCA DE **200** ATIVIDADES  
EDUCACIONAIS



+ DE **11.000** SEGUIDORES  
NAS REDES SOCIAIS



+ DE **3.000** PUBLICAÇÕES  
NAS REDES SOCIAIS



+ DE **18.000** VISUALIZA-  
ÇÕES NOS VÍDEOS EM AM-  
BIENTES DIGITAIS



CERCA DE **10.000** HORAS EM  
ATUAÇÃO NA DEFENSORIA DE ESTU-  
DANTES E PROFESSORES DE FACUL-  
DADES DE DIREITO DO DF



**2.000** USUÁRIOS DO SIT

# NOSSOS NÚMEROS



+ DE **9.100** DOCUMENTOS  
DO SIT



+ DE **100** VÍDEOS NOS  
AMBIENTES DIGITAIS



**2.500** HORAS DE CONTRAPARTIDA  
SOCIAL E DE COLABORAÇÃO  
EXTRAJUDICIAL NO ÂMBITO DA DPDF



**665** COMUNICADOS VIA  
E-MAIL



MESTRADO E DOUTORADO  
PARA MEMBROS DA  
DEFENSORIA



**MILHARES** DE  
CARTILHAS IMPRESSAS



**DEZENAS** DE PROJETOS  
E PROGRAMAS



+ DE UMA **CENTENA** DE  
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



**260** BOLSAS DE  
ESTUDO

# A EASJUR

Sob a égide da **Constituição Federal** e da **Lei Complementar nº 80/94**, a Defensoria Pública existe para operar a transformação social das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica. Na qualidade de instituição do povo, a **Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF)** conta com a **Escola de Assistência Jurídica (Easjur)** – *cuja finalidade está prevista na Resolução nº 104/2011* – para aprimorar a capacidade de atuação de seus profissionais, promover a cidadania junto à população carente e viabilizar a desjudicialização das relações sociais.

Nesse sentido, a Easjur é um órgão que busca desenvolver pessoas por meio da produção e **disseminação de conhecimento em temas afetos à instituição, à cidadania e aos direitos humanos**, visando aperfeiçoar os serviços prestados pela Defensoria e contribuir para uma sociedade mais crítica e consciente.

Ainda, vai além, buscando recursos para a aquisição e instalação de novos equipamentos e espaços na instituição, e alcançando soluções para o desenvolvimento e a consolidação de tecnologias institucionais destinadas a auxiliar na automação de atividades administrativas e processuais.

**A SEGUIR, APRESENTAMOS UMA SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO ÓRGÃO NO PERÍODO ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2022**



# RELACIONAMENTO COOPERATIVO

Nesses **quatro anos de trabalho**, a Easjur buscou promover, organizar e viabilizar atividades em regime de cooperação, priorizando a articulação com a sociedade civil organizada, com o Poder Público, movimentos sociais, conselhos tutelares, lideranças comunitárias, faculdades de direito, unidades do GDF, Poder Legislativo, Poder Judiciário, dentre outras diversas instituições públicas e privadas que tenham afinidade com a missão institucional da Defensoria Pública.

Por meio da **Escola**, a **DPDF** obteve subsídios para **concretizar ações afirmativas, oportunidades de qualificação acadêmica** com a **obtenção de bolsas de estudos, a obtenção de unidade de móvel de atendimento, a instalação de estúdio audiovisual e de laboratório de inclusão digital, a integração de projetos acadêmicos** que viabilizaram atendimento de **mediação e conciliação, a força de trabalho de centenas de estagiários e professores que hoje estagiam no Núcleo de Iniciais, a impressão de cartilhas de educação em direitos, a consolidação de tecnologias institucionais, a publicidade eficiente dos processos seletivos institucionais**, além de diversas outras iniciativas.



# PROGRAMA DE INTERAÇÃO ACADÊMICA

Por meio do relacionamento direto com a academia, a Escola viabilizou cerca de **10.000 horas** em mediação e conciliação na Defensoria, em **estágio no Núcleo de Iniciais, em projetos e pesquisas acadêmicas, em colaboração para educação em direitos**, por estudantes e professores de faculdades de direito do **DF**, a partir do **Programa de Interação Acadêmica**.

Além disso, o relacionamento **direto da direção da Easjur** com as faculdades de **direito do DF** contribuiu para as **maiores concorrências na história da Defensoria Pública** nos processos seletivos de estagiários e residentes jurídicos nos últimos **4 anos**, pois garantiu a ampla divulgação das seleções nos ambientes digitais dos alunos de forma oficial pelas instituições de ensino.



# SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES (SITE)

**Escola.defensoria.df.gov.br** é o sistema de gerenciamento das atividades promovidas pela Escola da Defensoria Pública do DF, que proporciona uma experiência on-line desde a inscrição até o certificado.

**Interface intuitiva e prática:** Como as atividades da Escola são direcionadas a diversos públicos, o sistema oferece uma interface onde o usuário pode utilizar todas as funcionalidades de maneira simples e fácil. Com apenas um cadastro e a partir de poucos cliques, é possível explorar as atividades, realizar inscrição, acompanhar a frequência na atividade, responder avaliação e retirar certificado.

**Divulgação das atividades:** Cada atividade com inscrição aberta pela Escola é divulgada com banner na página inicial. A lista de eventos possui arte de divulgação com descrições básicas, além de edital com todas as informações detalhadas.

**Ferramenta de reserva de espaço:** Destinada a otimizar a utilização das salas e do auditório da Easjur.

**Inscrição:** Ao realizar a inscrição, o usuário recebe e-mail automático tanto da solicitação, quanto da confirmação ou não da referida inscrição.

**Status on-line da inscrição:** A qualquer momento, na aba "Minhas inscrições", o usuário pode verificar o status da inscrição informando apenas o CPF.

**Avaliação da atividade:** Após a realização da atividade, é disponibilizado formulário de avaliação pelo participante sobre a organização, estrutura, conteúdo, expositores da atividade, bem como sobre o próprio sistema.

**Certificado:** Após a avaliação, o certificado é emitido eletronicamente no próprio sistema àqueles participantes que obtiverem 75% de frequência, em formato de leitura, podendo ser impresso.



# SISTEMA INTEGRADO DE TRABALHO (SIT)

Plataforma digital de trabalho desenvolvida pela Easjur, com o DNA da Defensoria Pública, fruto de alimentação coletiva de documentos jurídicos pelos Integrantes da DPDF e de cooperações com instituições, que conta com mais de **9.100 arquivos** que possam contribuir para a atuação defensorial, tendo cerca de **2.000 colaboradores inscritos**.

O SIT **servirá de base para a implementação do projeto de automação** das atividades processuais. Por isso, o grande objetivo institucional é o seu refinamento a partir da classificação de peças pelo próprio usuário, contribuindo para o desenvolvimento das rotinas de trabalho nos núcleos de atendimento, trazendo segurança à atuação, padrão mínimo de qualidade no peticionamento e otimização dos resultados buscados pela instituição.

Inclusive, o usuário também sugere, dentro do próprio SIT, a submissão de peças, que são descaracterizadas, principalmente para que o percurso procedimental das áreas atendidas pela Defensoria esteja no sistema a partir do maior número de documentos.



**SIT**  
SISTEMA INTEGRADO DE TRABALHO

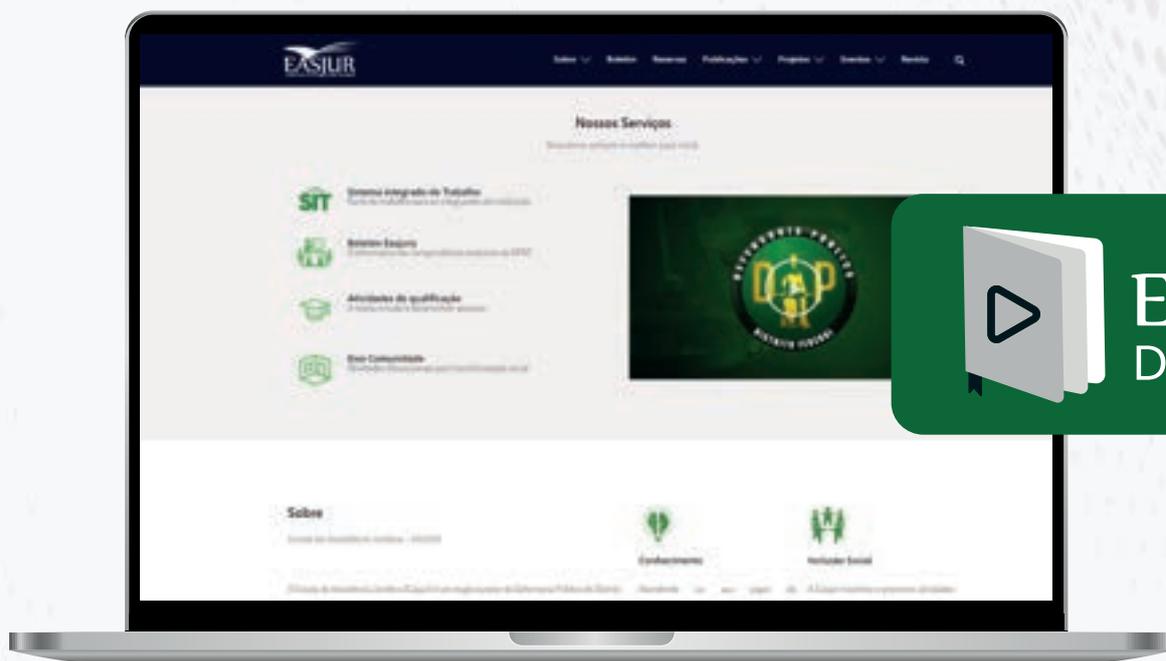
O(A) DEFENSOR(A), SERVIDOR(A), ESTAGIÁRIO(A) E COLABORADOR(A) DA INSTITUIÇÃO QUE AINDA NÃO POSSUI ACESSO À PLATAFORMA, PODE ACESSAR PELO:

**SIT.DEFENSORIA.DF.GOV.BR**

SOLICITE SEU CADASTRO



# EASJUR DIGITAL



Espaço digital de **informação, capacitação e qualificação** por meio de **conteúdo audiovisual integrado ao SIT**, que contempla assuntos relacionados à vivência institucional. Disponibiliza atualmente **mais de uma centena de vídeos**, entre os quais cursos como:

*Qualificação no PJE, Prática Defensiva no Tribunal do Júri e Técnicas de Oratória, Execução Penal na visão da Defensoria Pública, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada, Nova Lei Brasileira de Licitações, dentre outros tantos.*

# DIAGNÓSTICO DE INTELIGÊNCIA PROCESSUAL

Cooperação entre a **Defensoria Pública do Distrito Federal** e o **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, com o **Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal – CIJDF**, proporcionou **Diagnóstico de Inteligência Processual** que aborda 1.317 temas, com a indicação da situação processual, do quantitativo de processos, do Tribunal relacionado, bem como da matéria e da descrição temática.

O objetivo principal é **monitorar, identificar e estabelecer estratégias acerca das demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade**, de modo a evitar a judicialização indevida e otimizar a atuação das instituições.

No âmbito da Defensoria, a Easjur realizou pesquisa complementar de jurisprudência **acerca dos 217 temas** que interessam à atuação defensorial, constantes do referido Diagnóstico, que resultaram em **edições especiais do Boletim Easjuris**.

A pesquisa foi feita no **TJDFT, no STJ e no STF** e, embora não seja esgotada, busca propiciar aos (às) integrantes da Defensoria Pública campo fértil para debates destinados a aprimorar a **capacidade técnica na atuação estratégica da instituição nos Tribunais**, para dar suporte ao trabalho da CCT, bem como oferecer à comunidade jurídica em geral um conteúdo diferenciado de temas relevantes em andamento na Justiça brasileira.

Além disso, foi **desenvolvido Curso de Qualificação em Inteligência Processual Continuada** destinada a abordar os referidos temas.



# POLÍTICA DE ATENDIMENTO INTEGRADO (PAI) E UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO (CARRETA)

Um **novo conceito de atendimento, relacionamento e resolução extrajudicial de controvérsias** com a população em situação de vulnerabilidade do Distrito Federal.

Lançada e iniciada no ano de **2018**, a **Política de Atendimento Integrado (PAI)** da DPDF se expandiu e foi oficialmente instituída por **Lei Complementar nº 980/2020**, sob a coordenação da **Easjur (Portaria nº 123/2021)**, tendo por objetivo assegurar a proteção, a defesa e a restauração dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade com dificuldades de acesso às políticas públicas e aquelas residentes nas **regiões administrativas do Distrito Federal** com maiores índices de exclusão social.

Por meio de atuação articulada diretamente pela direção da Easjur, foi adquirida **unidade móvel de atendimento (carreta semirreboque)** de alto custo, vinculada ao PAI, destinada principalmente para desenvolver **ações e serviços para crianças e adolescentes e suas famílias**, bem como para outros grupos em situação de vulnerabilidade. Por meio dela, fica viabilizado o deslocamento de defensores públicos, servidores e colaboradores para promover acesso à Justiça e busca ativa.



Ao longo do ano de **2021**, foram mais de **1.200 atendimentos jurídicos, 291 petições, 77 atendimentos psicossociais e 36 exames de DNA**, tendo uma das ações em **Samambaia/DF batido recorde de atendimentos em um só dia** e contado com a maior estrutura de atendimento já montada na passagem da Carreta até o momento.

As ações continuam no ano de **2022** tendo a primeira ação ocorrido em São Sebastião nos dias **18 e 19 de março**. Na ocasião, com mais de **200 profissionais envolvidos** nos dois dias de evento, foram realizados aproximadamente **720 atendimentos, com 183 petições iniciais** formuladas na área de **direito de família (guarda, investigação de paternidade, ação e execução de alimentos, divórcio)** e de outras áreas, **22 testes de DNA e 57 atendimentos psicossociais**, bem como consultas a processos arquivados ou em segredo de justiça a partir de parceria com **TJDFT**. Além disso, foram realizadas dezenas de orientações jurídicas e encaminhamentos para diversos órgãos.

O **Senac** ofertou serviços de corte de cabelo, design de sobrancelha e oficina de gastronomia, tendo atendido **270 pessoas**, além de inscrições para turmas de **qualificação técnica gratuita** para a comunidade de São Sebastião.



# PROJETO ABSOLUTA PRIORIDADE – FLUXO DIRETO DE ATENDIMENTO

No ano de 2018, no âmbito do – ainda – **Programa de Atendimento Integrado**, foi inaugurado um canal direto de encaminhamento de casos com os **conselheiros tutelares do Distrito Federal** para o setor de mediação da Defensoria.

Atualmente, o **Projeto Absoluta Prioridade, integrado à Política de Atendimento Integrado**, se encontra em expansão para promover atendimento permanente nas cidades do DF voltado para a erradicação da ausência de reconhecimento paterno, por meio da realização de exames de DNA e do peticionamento exclusivo, entre outros serviços.

Outras ações também **serão promovidas especialmente para a rede pública de ensino e para as mães**, visando promover a educação em direitos, a busca ativa, a qualificação para o mercado de trabalho, e a sensibilização da comunidade escolar para as vulnerabilidades e riscos sociais no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Assim, buscamos **concretizar o direito à cidadania, à inclusão, ao acesso à ordem jurídica justa**, e principalmente de dignidade das famílias e do princípio da prioridade absoluta.



PROJETO  
*Absoluta*  
PRIORIDADE



# CÂMARA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA (CCT)

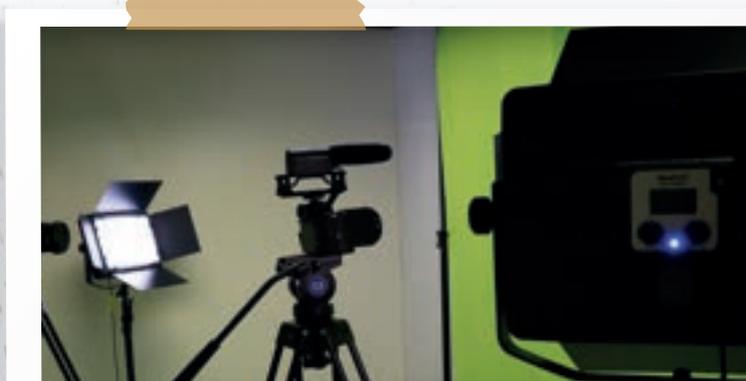
Ativas ao longo dos **últimos 4 (quatro) anos de gestão**, as comissões temáticas da **Câmara de Coordenação Técnica (CCT)**, **órgão de assessoramento superior da instituição**, atuaram na produção de recomendações e propostas para o contínuo aperfeiçoamento dos serviços prestados pela DPDF, conforme publicado em edições do boletim de serviço institucional – sendo a última no BS 1261, de 25/01/2022.

## ESTÚDIO AUDIOVISUAL DA DPDF

Foi viabilizada por **intermédio da Easjur** a captação e o direcionamento de recurso para a instalação de espaço totalmente equipado e estruturado com isolamento acústico para gravações audiovisuais, com o propósito de promover a educação em direitos.

Por meio do estúdio, é possível oferecer **mais interatividade, qualidade nas produções audiovisuais, mais rapidez e dinamismo na comunicação e ampliar o alcance dos serviços e da cidadania** pela Defensoria.

A DPDF agora conta com mais uma **importante ferramenta para a divulgação dos seus serviços**, bem como para a implementação da cultura de paz e da informação qualificada junto à população.



# LABORATÓRIO DE INCLUSÃO DIGITAL, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E CIDADANIA

A Easjur viabilizou a **instalação do laboratório de inclusão digital** destinado a ações voltadas para a qualificação e profissionalização de públicos vulneráveis do **Distrito Federal**, bem como para o treinamento digital dos membros da instituição.

Inaugurado em julho de 2019, o laboratório fora utilizado para a promoção de **curso de Operador de Computador** à comunidade surda e a adolescentes e jovens em vulnerabilidade – em especial usuários do sistema socioeducativo e adolescentes em situação de acolhimento institucional; para cursos do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e PJe; e o curso de Informática para Mulheres.**

Instalado na Escola da DPDF, o laboratório auxilia a garantia do direito à educação de todo cidadão brasileiro e do direito à profissionalização dos adolescentes e e jovens previstos no **artigo 227 da Constituição Federal e no art. 94, inciso X, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).**

Assim, a inclusão digital não só potencializa o acesso à informação, mas também proporciona o **desenvolvimento de habilidades necessárias para manipular a tecnologia** e contribuir para a melhor inserção no mercado de trabalho.



Laboratório de  
**INCLUSÃO DIGITAL**

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA  
DIREITO FUNDAMENTAL DE TODO CIDADÃO BRASILEIRO



# BOLSAS DE ESTUDO

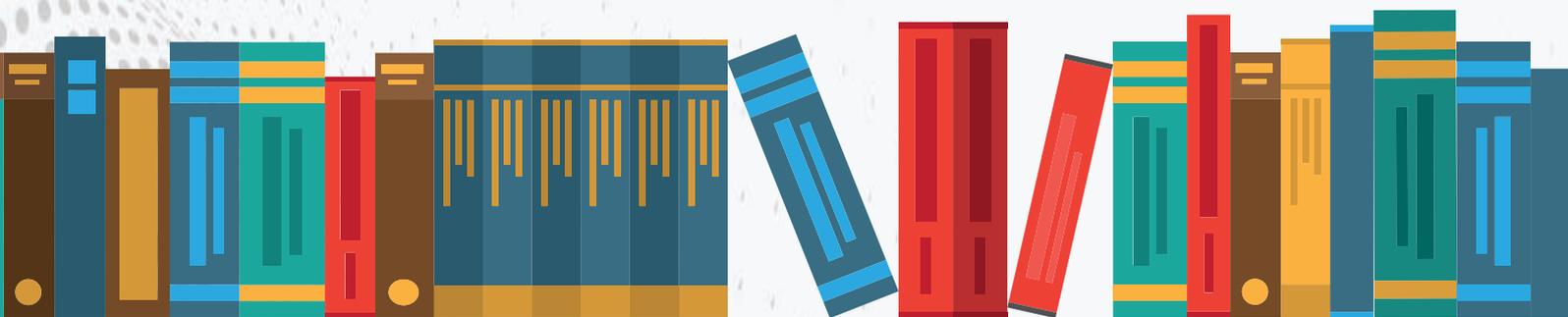
Por meio de cooperação e gestão colaborativa com **diversas instituições de ensino do Distrito Federal**, **260 bolsas de estudos** foram ofertadas para qualificação acadêmica, aperfeiçoamento profissional e curso de ensino superior, obtidas a custo zero e sem a necessidade de repasse ou investimento público financeiro.

Foram destinadas à população do DF – no âmbito de setores organizados – e **à defensores, servidores e colaboradores da instituição**, pelos quais resultaram em mais de **2.500 horas** de contrapartida social e de colaboração extrajudicial no âmbito da DPDF, especialmente pela Carreta, o que beneficia mais uma vez a população do DF.

Assim, por meio de importantes integrações, **a Easjur objetiva ofertar qualificação acadêmica aos integrantes da instituição**, bem como promover a cidadania plena e viabilizar a emancipação social por meio de ações afirmativas com base na educação.

# MESTRADO E DOUTORADO

Seguindo a política de **desenvolvimento e qualificação acadêmicos**, foi viabilizada a **oportunidade de vagas em cursos de Mestrado e Doutorado** para membros da **Defensoria do DF** em instituição de ensino superior do DF.



# BOLETIM EASJURIS

Informativo periódico exclusivo de jurisprudência e atualização legislativa relacionados à **Defensoria Pública**, já oferece **7 (sete) edições** para consulta e pesquisa, sendo três delas baseadas no **Diagnóstico de Inteligência Processual** obtido em parceria com o TJDFT.

**1º Edição Maio Ano 2020:** De olho nos Tribunais! (TJDFT, STJ e STF) | Compartilha, Defensor(a)! | O Alcance do Princípio Constitucional da Fraternidade em Casos Julgados no âmbito do STJ

**2º Edição Agosto Ano 2020:** De olho nos Tribunais! (TJDFT, STJ e STF) | Compartilha, Defensor(a)! | Manifesto pela Educação em Direitos | Extensão Universitária em Direitos Humanos como Instrumento de Desenvolvimento de Competências dos Educandos Secundaristas | Projeto Conhecer Direito como uma Política Pública para a Educação em Direitos Humanos | Cinco coisas que você precisa saber sobre a Defensoria e a Educação em Direitos

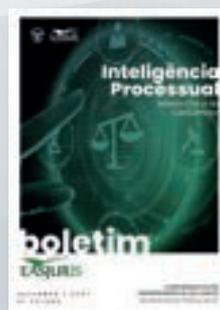
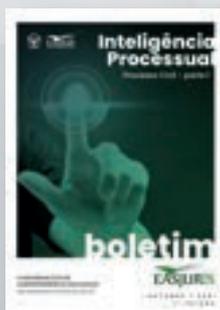
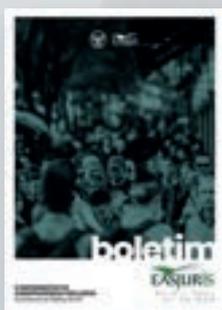
**3º Edição Ano 2021:** De Olhos nos Tribunais! (TJDFT, STJ e STF) | Criança e Adolescente | Compartilha, Defensor(a)!

**4º Edição Ano 2021:** Maio Verde - De Olhos nos Tribunais! (TJDFT, STJ e STF)

**5º Edição Ano 2021:** Inteligência Processual

**6º Edição Ano 2021:** Inteligência Processual

**7º Edição Ano 2021:** Inteligência Processual



As recentes e sucessivas modificações legislativas, bem como a consolidação de entendimento ou a variação interpretativa dos juízos locais, do **Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores** acerca de milhares de casos jurídicos, demandam uma atualização constante dos integrantes da **Defensoria Pública do DF**.

O **Boletim Easjuris** propõe uma leitura desse conteúdo a partir das intervenções processuais realizadas preferencialmente pela **Defensoria Pública** ou que tenham afinidade com a atuação da DP, o que propiciará a construção periódica do autorretrato amplo da atuação da nossa Instituição junto ao **Poder Judiciário**. O boletim pretende contribuir para uma melhor compreensão do entendimento e do comportamento dos Tribunais, de forma que a atuação seja mais otimizada e eficiente.

A intenção é oferecer um **instrumento para colaborar com a DPDF** na orientação dos procedimentos e comandos técnicos de trabalho em todas as áreas trabalhadas nos NAJ's, de modo a atuar cada vez mais por meio de intervenções que são efetivamente oportunas e pertinentes. Além disso, a **publicação visa direcionar a nossa política de qualificação interna** em todos os campos de atuação. Como resultado, espera-se a geração de economia de tempo e de dinheiro público, já que o amplo e prático acesso pelo defensor, servidor e estagiário a uma estrutura de teses e julgados sobre casos relacionados a Instituição facilita a pesquisa e qualifica o pedido ou a manifestação.

O boletim pretende contribuir para uma melhor compreensão do entendimento e do **comportamento dos Tribunais**, de forma que a atuação seja mais otimizada e eficiente.

A intenção é oferecer um instrumento para colaborar com a DPDF na orientação dos procedimentos e comandos técnicos de trabalho em todas as **áreas trabalhadas nos NAJ's**, de modo a atuar cada vez mais por meio de intervenções que são efetivamente oportunas e pertinentes.

Além disso, a publicação visa direcionar a **nossa política de qualificação interna em todos os campos de atuação**. Como resultado, espera-se a geração de economia de tempo e de dinheiro público, já que o amplo e prático acesso pelo defensor, servidor e estagiário a uma estrutura de teses e julgados sobre casos relacionados a Instituição facilita a pesquisa e qualifica o pedido ou a manifestação.



# PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Seguindo a **cultura da educação** por meio do conhecimento qualificado em cidadania e em temas afetos à atuação da **Defensoria Pública**, a produção de conteúdo consiste em um dos **principais eixos de atuação da Easjur**.

Foram obtidos recursos de instituições parceiras para a impressão de cartilhas em grande escala para distribuição em instituições públicas, sendo o principal objetivo **oferecer ao público em geral uma fonte de conhecimento desmistificado e qualificado**.

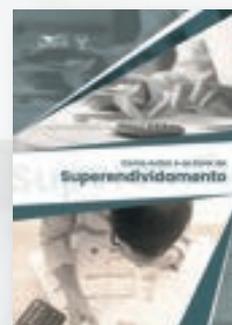
Diversas cartilhas foram elaboradas ao longo dos últimos quatro anos, a partir de editais de seleção para a atividade de conteadista, tendo, até o momento, as seguintes produções:



*Cartilha da Pessoa com Deficiência*



*10 coisas que você precisa saber antes de participar de uma sessão de conciliação ou mediação*



*Superendividamento*



*Livro Direitos e deveres da vida humana*



*Vamos falar de família? Curiosidades do direito de família na visão da Defensoria Pública*



*Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres*





*Violência Doméstica e Familiar  
contra a mulher. Mitos e Verdades  
Golpes nas Relações de Consumo*



*Os direitos da Criança  
e do Adolescente*



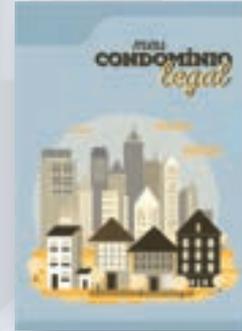
*Defesa da Mulher*



*Pessoa Idosa*



*Caminhos para a liberdade  
Cartilha da Execução Penal*



*Meu Condomínio Legal*



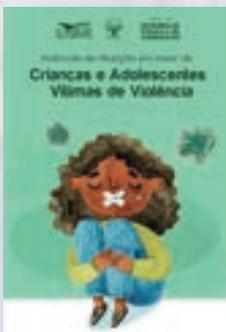
*Cultura de Paz e Solução  
Extrajudicial de Conflitos*



*Centro de Atendimento  
Integrado 18 de maio*



*Protocolo de Atuação em Favor  
das Pessoas Idosas e  
Vítimas de Violência*



*Protocolo de Atuação em Favor de  
Crianças e Adolescentes  
Vítimas de Violência*



*Protocolo de Atuação em Favor de  
Pessoas com Deficiência  
Vítimas de Violência*



# EDUCAÇÃO EM DIREITOS

Nos últimos quatro anos, contamos com diversas iniciativas de educação em direitos, com o lançamento e a realização de projetos para o sistema socioeducativo, para os estudantes, professores e comunidade da rede pública de ensino, lideranças comunitárias, defensores populares, mulheres, pessoas surdas, além de iniciativa de escuta e reflexão.

A Easjur promoveu o Curso **“Mais de Dez Anos de Educação em direitos”** em celebração ao aniversário do projeto pioneiro **“Conhecer Direito”**. A atividade envolveu uma centena de instituições multiplicadoras, proporcionou mais de 900 minutos de aulas com defensores(as) com interpretação de Libras, playlist das 11 aulas no YouTube do nosso parceiro Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e a publicação de livro de educação em direitos vivenciada na prática, com centenas de páginas de conteúdo.

Em 2020, a educação em direitos passou a integrar o Novo Ensino Médio, sendo a DPDF instituição do **Sistema de Justiça parceira do Novo Ensino Médio no DF**, no eixo Áreas Humanas e Sociais Aplicadas.

Em 3 de setembro de 2018, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) comemorou uma conquista histórica: a publicação do Decreto nº 39.321, que dispõe sobre a promoção e difusão da educação em direitos nas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal.

Essa medida foi resultado de uma iniciativa da DPDF, em parceria com a **Secretaria de Educação**, com o apoio de outras entidades, instituições e órgãos que compõem a Frente pela Educação em Direitos, em prol da transformação social por meio da cultura da informação, fraternidade e dignidade da pessoa humana.

Ao longo das últimas três turmas do projeto **Conhecer Direito**, ações afirmativas foram concretizadas e traduzidas em bolsas de estudo para cursos universitários, além de bolsas para  **cursos pré-vestibulares, Programa de Avaliação Seriada/PAS e Exame Nacional do Ensino Médio/**



**Enem.** Uma das principais funções institucionais da Defensoria Pública e o primeiro degrau de acesso à justiça, a educação em direitos foi tema de campanha da Defensoria Pública do DF nas redes sociais, com o objetivo de demonstrar o que é a educação em direitos e sua importância para o povo, para o próprio Estado, bem como para o Sistema de Justiça, de forma a mostrar à sociedade que todo cidadão deve ter acesso às regras básicas da convivência em sociedade, sendo essa educação um dever do Estado e um meio de compreensão e prevenção de conflitos.

1

Porque a educação é um direito humano em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos fundamentais.

Porque a legislação brasileira impõe ao cidadão brasileiro o conhecimento obrigatório da lei.

2

3

Porque todo cidadão deve ter a dignidade de ser informado sobre as regras básicas da convivência em sociedade.

Porque é necessário traçar uma nova perspectiva para o sistema de Justiça brasileiro, face o abarrotamento do Poder Judiciário.

4



**5** Porque a educação é o melhor meio de prevenção de conflitos.

Porque o Direito deve ser instrumento de transformação social.

**6**

**7** Porque é o meio de abandonar a atuação burocrática, aproximar-se do povo e compreender os conflitos sociais.

Porque constitui-se no real significado de acesso à justiça.

**8**

**9** Porque é uma das principais funções institucionais da Defensoria Pública.

Porque se mostra como o requisito básico de qualquer projeto de nação minimamente vocacionada para o seu povo.

**10**



# ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE QUALIFICAÇÃO DISPONÍVEIS EM AMBIENTES DIGITAIS

A Easjur é um órgão que busca desenvolver pessoas por meio da produção e disseminação de conhecimento em temas afetos à instituição, à prática jurídica, à cidadania e aos direitos humanos, visando aperfeiçoar os serviços prestados pela Defensoria e contribuir para uma sociedade mais crítica e consciente.

Entre atividades educacionais presenciais e on-line, ao longo dos últimos 4 (quatro) anos de gestão, a Easjur alcançou um público estimado em 40.000 (quarenta) mil pessoas por meio de cerca de 200 atividades (considerando apenas as educacionais) relatadas nesse período em relatórios de atividades publicados (vide Relatório de Atividades Bianual Maio 2018 a Abril 2020 – Processo SEI 00401- 00003906/2021-13).

Cumprir destacar que, em razão da pandemia do covid-19, com a publicação do Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020, do Governo do Distrito Federal – ratificado internamente pela Portaria nº 83, de 12 de março de 2020, da Defensoria Pública-Geral do DF, com sucessivas prorrogações, as atividades educacionais da Easjur permanecem suspensas, como forma de reduzir as possibilidades de transmissão do novo CoronaVírus.

Assim, para seguir avançando e inovando no dever de educar e transformar, diante do cenário de pandemia, a Easjur passou a utilizar das ferramentas tecnológicas que estão ao seu alcance para oferecer conteúdo que pode ser acessado a qualquer hora e em qualquer lugar

Além das cartilhas e outros materiais escritos, também estão disponíveis em nossos ambientes digitais (Youtube e Easjur Digital) os seguintes cursos e eventos que foram gravados ou transmitidos em tempo real, dentre outros:

Medidas Executivas Atípicas no Código de Processo Civil  
1º Jornada de Qualificação da Política de Atendimento do Idoso  
Formação Continuada dos Estagiários  
Formação Triagem e Relacionamento (CRC)  
Curatela e Tomada de Decisão Apoiada: Desafios para ao ajuizamento das ações pela defensoria pública do DF



Introdução à Nova Lei Brasileira de Licitações

+ 10 anos de Educação em Direitos

Capacitação de Defensoras e Defensores Populares

PJE sob o Olhar da Defensoria Pública do DF

Prática Defensiva no Tribunal do Júri e Técnicas de Oratória

Execução Penal na visão da Defensoria Pública

Tópicos atuais e polêmicos do Processo Civil

Lei de Acesso à Informação

Capacitação de Lideranças Comunitárias CUFA/DF (Programa Vozes da Favela)

CUFA Empreenda: Cidadania, Política e Engajamento Social

**LIVE:** Direito e Literatura

Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo: Diálogos entre familiares e Defensores Públicos

**LIVE:** Laços de Afeto: a principal ferramenta de adoção

**LIVE:** Acordo de não persecução penal: questões controvertidas

**LIVE:** Pacote Anticrime: as alterações em sede de medidas cautelares pessoais

**LIVE:** Proteção dos Direitos da pessoa com Deficiência

1º Webinário: Vozes da Favela

**LIVE:** Controvérsias acerca da lei Maria da Penha

**LIVE:** A Importância da escuta e o setembro amarelo

**LIVE:** A nova Execução de Alimentos

14 anos da Lei Maria da Penha: Diálogos Interseccionais

Raça, racismo e direitos humanos

16 dias de ativismo: violência sexual e direitos sexuais reprodutivos

Curso A Construção Crítica da cidadania pela educação em direitos

1º Fórum Nacional da pessoa Idosa- Envelhecimento e seus desafios no Brasil

Grupo Direto ao ponto

Café Acadêmico Virtual

II Congresso IEDF- VII Seminário de Lançamento das Obras "Educação, Direito e Fraternidade" e, "A educação e o direito"

**LIVE** "Central de Relacionamentos com os Cidadãos: a mais nova porta de acesso

aos serviços da DP-DF"

**LIVE** "18 anos do estatuto do idosos: os desafios para consolidação da autonomia da pessoa idosa e o papel da rede de proteção"

**LIVE** "II Festival Gastronômico Mesa Brasil"

Palestra Direitos e garantias de crianças e adolescentes sob ótica da Defensoria

Pública e aspectos práticos e curiosidades do Tribunal do Júri



# COMUNICAÇÃO DA EASJUR

Com vistas a difundir informações internas de interesse institucional, como políticas, práticas e objetivos da Escola, a Easjur divulga desde novidades institucionais até atividades de capacitação e se utilizou do mailing dos integrantes da Defensoria, do Boletim de Serviço, do site da Escola e de lista de transmissão do gabinete da Defensoria Pública- Geral para fazê-las chegar ao público interno.

Especialmente com relação às redes sociais, a Easjur utiliza para estabelecer formas de engajamento com a sociedade e divulgar informações qualificadas em educação em direitos, possibilitando que o acesso às informações e o diálogo entre o órgão e seus mais variados públicos aconteça de maneira mais dinâmica, ágil e transparente.

Além disso, a direção da Easjur buscou construir e estabelecer interface política de forma direta com diversas instituições nesses 4 anos, o que fora decisivo para a concretização das atividades apresentadas.





**MAIO DE 2018 A MARÇO DE 2022**

